

*abril
do
T. 3.ª edição*

OR

*7-11-44
227*

331

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*OK
OKC*

APROVADA PELO DECRETO-LÊI N.º 5.452, DE
1.º DE MAIO DE 1943. ACOMPANHADA DAS
LEIS, DECRETOS E PORTARIAS POSTERIORES

ATUALIZAÇÃO, NOTAS REMISSIVAS E ÍNDICE
PELO

DR. MANOEL AUGUSTO VIEIRA NETO

Juiz substituto de Segunda Instância. Professor contratado
de Direito Civil da Faculdade Paulista de Direito, da Pon-
tíficia Universidade Católica e da Faculdade de Direito da
Universidade Mackenzie.



*Edição Saraiva
São Paulo*

1958

Índice Geral

	PÁG.
Exposição de motivos	5
Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943	
Approva a Consolidação das Leis do Trabalho	17

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO I — Introdução	19
TÍTULO II — Das normas gerais da tutela do trabalho	24
CAPÍTULO I — Da identificação profissional	24
Seção I — Da carteira profissional	24
Seção II — Da emissão das carteiras	24
Seção III — Da entrega das carteiras profissionais	28
Seção IV — Das anotações	30
Seção V — Das reclamações por falta ou recusa de anotações	33
Seção VI — Do valor das anotações	34
Seção VII — Dos livros de registro de empregados	35
Seção VIII — Das penalidades	37
CAPÍTULO II — Da duração do trabalho	39
Seção I — Disposição preliminar	39
Seção II — Da jornada de trabalho	39
Seção III — Dos períodos de descanso	43
Seção IV — Do trabalho noturno	45
Seção V — Do quadro de horário	46
Seção VI — Das penalidades	47
CAPÍTULO III — Do salário mínimo	48
Seção I — Do conceito	48
Seção II — Das regiões, zonas e subzonas	52

Seção	III — Da constituição das comissões	53
Seção	IV — Das atribuições das comissões de salário mínimo	56
Seção	V — Da fixação do salário mínimo	59
Seção	VI — Disposições gerais	61
CAPÍTULO	IV — Das férias	64
Seção	I — Do direito a férias	64
Seção	II — Da duração das férias	65
Seção	III — Da concessão e da época das férias	67
Seção	IV — Da remuneração	68
Seção	V — Disposições gerais	69
Seção	VI — Disposições especiais	70
CAPÍTULO	V — Higiene e Segurança do Trabalho	72
Seção	I — Introdução	72
Seção	II — Higiene do trabalho	73
Seção	III — Segurança do trabalho	82
Seção	IV — Das penalidades	87
TÍTULO III	— Das normas especiais de tutela do trabalho	88
CAPÍTULO	I — Das disposições especiais sobre duração e condições de trabalho	88
Seção	I — Dos bancários	88
Seção	II — Dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelegrafia	89
Seção	III — Dos músicos profissionais	92
Seção	IV — Dos operadores cinematográficos	92
Seção	V — Do serviço ferroviário	93
Seção	VI — Das equipagens das embarcações da marinha mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca	99
Seção	VII — Dos serviços frigoríficos	102
Seção	VIII — Dos serviços de estiva	102
Seção	IX — Dos serviços de capatazias nos portos	118
Seção	X — Do trabalho em minas de subsolo	125
Seção	XI — Dos jornalistas profissionais	127
Seção	XII — Dos professôres	132

	Seção XIII — Dos químicos	136
	Seção XIV — Das penalidades	147
CAPÍTULO	II — Da nacionalização do trabalho	148
	Seção I — Da proporcionalidade de empregados brasileiros	148
	Seção II — Das relações anuais de empregados	152
	Seção III — Das penalidades	154
	Seção IV — Disposições gerais	154
	Seção V — Das disposições especiais sôbre a nacionalização da Marinha Mercante	155
CAPÍTULO	III — Da proteção do trabalho da mulher	156
	Seção I — Da duração e condições de trabalho	156
	Seção II — Do trabalho noturno	157
	Seção III — Dos períodos de descanso	159
	Seção IV — Dos métodos e locais de trabalho	160
	Seção V — Da proteção à maternidade	161
	Seção VI — Das penalidades	164
CAPÍTULO	IV — Da proteção do trabalho do menor	164
	Seção I — Disposições gerais	164
	Seção II — Da duração do trabalho	168
	Seção III — Da admissão em emprêgo e da carteira de trabalho do menor	169
	Seção IV — Dos deveres dos responsáveis legais de menores e dos empregadores. Da aprendizagem	172
	Seção V — Das penalidades	175
	Seção VI — Disposições finais	177
TÍTULO IV	— Do contrato individual do trabalho	178
CAPÍTULO	I — Disposições gerais	178
CAPÍTULO	II — Da remuneração	182
CAPÍTULO	III — Da alteração	185
CAPÍTULO	IV — Da suspensão e da interrupção	186
CAPÍTULO	V — Da rescisão	188
CAPÍTULO	VI — Do aviso prévio	193

Seção	III — Da constituição das comissões	53
Seção	IV — Das atribuições das comissões de salário mínimo	56
Seção	V — Da fixação do salário mínimo	59
Seção	VI — Disposições gerais	61
CAPÍTULO	IV — Das férias	64
Seção	I — Do direito a férias	64
Seção	II — Da duração das férias	65
Seção	III — Da concessão e da época das férias	67
Seção	IV — Da remuneração	68
Seção	V — Disposições gerais	69
Seção	VI — Disposições especiais	70
CAPÍTULO	V — Higiene e Segurança do Trabalho	72
Seção	I — Introdução	72
Seção	II — Higiene do trabalho	73
Seção	III — Segurança do trabalho	82
Seção	IV — Das penalidades	87
TÍTULO III	— Das normas especiais de tutela do trabalho	88
CAPÍTULO	I — Das disposições especiais sôbre duração e condições de trabalho	88
Seção	I — Dos bancários	88
Seção	II — Dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia	89
Seção	III — Dos músicos profissionais	92
Seção	IV — Dos operadores cinematográficos	92
Seção	V — Do serviço ferroviário	93
Seção	VI — Das equipagens das embarcações da marinha mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca	99
Seção	VII — Dos serviços frigoríficos	102
Seção	VIII — Dos serviços de estiva	102
Seção	IX — Dos serviços de capatazias nos portos	118
Seção	X — Do trabalho em minas de subsolo	125
Seção	XI — Dos jornalistas profissionais	127
Seção	XII — Dos professôres	132

	Seção XIII — Dos químicos	136
	Seção XIV — Das penalidades	147
CAPÍTULO	II — Da nacionalização do trabalho	148
	Seção I — Da proporcionalidade de empregados brasileiros	148
	Seção II — Das relações anuais de empregados	152
	Seção III — Das penalidades	154
	Seção IV — Disposições gerais	154
	Seção V — Das disposições especiais sôbre a nacionalização da Marinha Mercante	155
CAPÍTULO	III — Da proteção do trabalho da mulher	156
	Seção I — Da duração e condições de trabalho	156
	Seção II — Do trabalho noturno	157
	Seção III — Dos períodos de descanso	159
	Seção IV — Dos métodos e locais de trabalho	160
	Seção V — Da proteção à maternidade	161
	Seção VI — Das penalidades	164
CAPÍTULO	IV — Da proteção do trabalho do menor	164
	Seção I — Disposições gerais	164
	Seção II — Da duração do trabalho	168
	Seção III — Da admissão em emprêgo e da carteira de trabalho do menor	169
	Seção IV — Dos deveres dos responsáveis legais de menores e dos empregadores. Da aprendizagem	172
	Seção V — Das penalidades	175
	Seção VI — Disposições finais	177
TÍTULO IV	— Do contrato individual do trabalho	178
CAPÍTULO	I — Disposições gerais	178
CAPÍTULO	II — Da remuneração	182
CAPÍTULO	III — Da alteração	185
CAPÍTULO	IV — Da suspensão e da interrupção	186
CAPÍTULO	V — Da rescisão	188
CAPÍTULO	VI — Do aviso prévio	193

CAPÍTULO VII — Da estabilidade	195
CAPÍTULO VIII — Da força maior	197
CAPÍTULO IX — Disposições especiais	198
TÍTULO V — Da organização sindical	201
CAPÍTULO I — Da instituição sindical	201
Seção I — Da associação em sindicato	201
Seção II — Do reconhecimento e investidura sindical ..	203
Seção III — Da administração do sindicato	207
Seção IV — Das eleições sindicais	211
Seção V — Das associações sindicais de grau superior .	214
Seção VI — Dos direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados	218
Seção VII — Da gestão financeira do sindicato e sua fis- calização	221
Seção VIII — Das penalidades	223
Seção IX — Disposições gerais	225
CAPÍTULO II — Do enquadramento sindical	229
CAPÍTULO III — Do impôsto sindical	232
Seção I — Da fixação e do recolhimento do impôsto sindical	232
Seção II — Da aplicação do impôsto sindical	239
Seção III — Da comissão do impôsto sindical (C. I. S.)	241
Seção IV — Das penalidades	243
Seção V — Disposições gerais	244
TÍTULO VI — Do contrato coletivo de trabalho	247
TÍTULO VII — Do processo de multas administrativas	252
CAPÍTULO I — Da fiscalização, da atuação e da imposição de multas	252
CAPÍTULO II — Dos recursos	255
CAPÍTULO III — Do depósito da inscrição e da cobrança ..	256
TÍTULO VIII — Da Justiça do Trabalho	259
CAPÍTULO I — Introdução	259

CAPÍTULO	II — Das juntas de conciliação e julgamento ...	261
Seção	I — Da composição e funcionamento	261
Seção	II — Da jurisdição e competência das Juntas ..	262
Seção	III — Dos Presidentes das Juntas	264
Seção	IV — Dos vogais das Juntas	269
CAPÍTULO	III — Dos juízos de direito	272
CAPÍTULO	IV — Dos Tribunais Regionais do Trabalho ...	273
Seção	I — Da composição e do funcionamento	273
Seção	II — Da jurisdição e competência	274
Seção	III — Dos Presidentes dos Tribunais Regionais .	277
Seção	IV — Dos juizes representantes classistas dos Tri- bunais Regionais	280
CAPÍTULO	V — Do Tribunal Superior do Trabalho	282
Seção	I — Disposições preliminares	282
Seção	II — Da composição e funcionamento do Tribu- nal Superior do Trabalho	283
Seção	III — Da competência do Tribunal Superior	286
Seção	IV — Da competência da Câmara de Justiça do Trabalho	288
Seção	V — Da competência da Câmara de Previdência Social	289
Seção	VI — Das atribuições do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho	289
Seção	VII — Das atribuições do 1. ^o Vice-Presidente ...	290
Seção	VIII — Das atribuições do 2. ^o Vice-Presidente ...	291
CAPÍTULO	VI — Dos serviços auxiliares da Justiça do Tra- balho	292
Seção	I — Da Secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento	292
Seção	II — Dos distribuidores	294
Seção	III — Do cartório dos juízos de direito	295
Seção	IV — Das secretarias dos Tribunais Regionais ..	295
Seção	V — Dos oficiais de diligência	296
CAPÍTULO	VII — Das penalidades	298
Seção	I — Do lock-out e da greve	298

Seção	II — Das penalidades contra os membros da Justiça do Trabalho	300
Seção	III — De outras penalidades	301
CAPÍTULO	VIII — Disposições gerais	302
TÍTULO IX	— Do Ministério Público do Trabalho	304
CAPÍTULO	I — Disposições gerais	304
CAPÍTULO	II — Da Procuradoria da Justiça do Trabalho	305
Seção	I — Da organização	305
Seção	II — Da competência da Procuradoria-Geral ..	307
Seção	III — Da competência das Procuradorias Regionais	308
Seção	IV — Das atribuições do Procurador-Geral	309
Seção	V — Das atribuições dos Procuradores	310
Seção	VI — Das atribuições dos Procuradores Regionais	310
Seção	VII — Da Secretaria	311
CAPÍTULO	III — Da Procuradoria de Previdência Social ..	312
Seção	I — Da organização	312
Seção	II — Da competência da Procuradoria	313
Seção	III — Das atribuições do Procurador-Geral	314
Seção	IV — Das atribuições dos Procuradores	315
Seção	V — Da Secretaria	315
TÍTULO X	— Do Processo Judiciário do Trabalho	317
CAPÍTULO	I — Disposições preliminares	317
CAPÍTULO	II — Do processo em geral	319
Seção	I — Dos atos, termos e prazos processuais	319
Seção	II — Da distribuição	321
Seção	III — Das custas	322
Seção	IV — Das partes e dos procuradores	325
Seção	V — Das nulidades	325
Seção	VI — Das exceções	326
Seção	VII — Dos conflitos de jurisdição	328
Seção	VIII — Das audiências	330
Seção	IX — Das provas	331
Seção	X — Da decisão e sua eficácia	334

CAPÍTULO	III — Dos dissídios individuais	335
Seção	I — Da forma da reclamação e da notificação	335
Seção	II — Da audiência de julgamento	336
Seção	III — Do inquérito para apuração de falta grave	339
CAPÍTULO	IV — Dos dissídios coletivos	340
Seção	I — Da instauração da instância	340
Seção	II — Da conciliação e do julgamento	341
Seção	III — Da extensão das decisões	343
Seção	IV — Do cumprimento das decisões	344
Seção	V — Da revisão	345
CAPÍTULO	V — Da execução	346
Seção	I — Das disposições preliminares	346
Seção	II — Do mandado e da penhora	347
Seção	III — Dos embargos à execução e da sua impugnação	348
Seção	IV — Do julgamento e dos trâmites finais da execução	349
Seção	V — Da execução por prestações sucessivas ...	351
CAPÍTULO	VI — Dos recursos	351
CAPÍTULO	VII — Da aplicação das penalidades	356
CAPÍTULO	VIII — Disposições finais	358
TÍTULO XI	— Disposições finais e transitórias	359
Quadro a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho	363

APÊNDICE

LEIS E DECRETOS

Constituição Federal — <i>Título V</i> — Da ordem econômica e social	389
Decreto-lei n.º 6.026 — de 24 de novembro de 1943 — Dispõe sobre medidas aplicáveis a menores	391

Decreto-lei n.º 6.353 — de 20 de março de 1944 — Corrige erros dactilográficos e de impressão e dá nova redação a disposição da Consolidação das Leis do Trabalho	391
Decreto-lei n.º 6.905 — de 26 de setembro de 1944 — Dispõe sobre a concessão de auxílio pecuniário por motivo de enfermidade do empregado	395
Decreto-lei n.º 7.036 — de 10 de novembro de 1944 — Leis de Acidentes do Trabalho (arts. 77 a 82)	396
Decreto-lei n.º 7.037 — de 10 de novembro de 1944 — Dispõe sobre a remuneração mínima dos que trabalham em atividades jornalísticas e dá outras providências	398
Decreto-lei n.º 7.038 — de 10 de novembro de 1944 — Dispõe sobre a sindicalização rural	410
Decreto-lei n.º 7.858 — de 13 de agosto de 1945 — Dispõe sobre a remuneração mínima dos que exercem a atividade de Revisor e dá outras providências	420
Decreto-lei n.º 7.889 — de 21 de agosto de 1945 — Admite a sindicalização e manda aplicar a legislação de proteção e dá outras providências	427
Decreto-lei n.º 7.961 — de 18 de setembro de 1945 — Dispõe sobre a remuneração mínima dos que, com o caráter de empregado, trabalham em atividades médicas de natureza privada e dá outras providências	429
Decreto-lei n.º 7.984 — de 21 de setembro de 1945 — Fixa os níveis mínimos de remuneração dos que trabalham em empresas de radiodifusão e dá outras providências	441
Decreto-lei n.º 8.249 — de 29 de novembro de 1945 — Dispõe sobre a situação jurídica dos empregados das empresas incorporadas ao patrimônio da União	459
Decreto-lei n.º 8.737 — de 19 de janeiro de 1946 — Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho e dá outras providências	460

- Decreto-lei n.º 8.739** — de 19 de janeiro de 1946 — Cria a Comissão Nacional de Sindicalização, conferindo-lhe, além de outras, as atribuições da Comissão de Enquadramento Sindical e da Comissão Técnica de Orientação Sindical que são declaradas extintas 498
- Decreto-lei n.º 9.070** — de 15 de março de 1946 — Dispõe sobre a suspensão ou o abandono coletivo do trabalho e dá outras providências 503
- Decreto-lei n.º 9.462** — de 15 de julho de 1946 — Dispõe sobre a nacionalização do trabalho nos portos 508
- Decreto-lei n.º 9.500** — de 23 de julho de 1946 — Lei do Serviço Militar 511
- Decreto-lei n.º 9.666** — de 28 de agosto de 1946 — Dá nova redação ao art. 73 da Constituição das Leis do Trabalho .. 512
- Decreto-lei n.º 9.797** — de 9 de setembro de 1946 — Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências 515
- Lei n.º 101** — de 17 de setembro de 1947 — Subordina ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio os contratos entre trabalhadores de teatro, cinema, rádio e circo e os respectivos empregadores 522
- Lei n.º 605** — de 5 de janeiro de 1949 — Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos dias feriados civis e religiosos 523
- Lei n.º 645** — de 4 de março de 1949 — Dispõe sobre os direitos e garantias trabalhistas dos empregados de Empresas Mútuas de Seguros de Vida 528
- Lei n.º 662** — de 6 de abril de 1949 — Declara feriados nacionais os dias 1.º de Janeiro, 1.º de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro 528
- Lei Federal n.º 768** — de 2 de julho de 1949 — Altera a redação do parágrafo único do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho 529

- Decreto n.º 31.984 — de 23 de dezembro de 1952 — Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho 571
- Lei n.º 1.802 — de 5 de janeiro de 1953 — Define os crimes contra o Estado e a ordem política e social 574
- Lei n.º 1.890 — de 13 de junho de 1953 — Aplica dispositivos da Consolidação aos mensalistas e diaristas da União, Estados, Municípios, Territórios e entidades autárquicas 575
- Lei n.º 1.999 — de 1.º de outubro de 1953 — Modifica o art. 457 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho ... 581
- Lei n.º 2.191 — de 5 de março de 1954 — Dispõe sobre o consêrto de carga e descarga nos portos organizados 582
- Lei n.º 2.244 — de 23 de junho de 1954 — Altera dispositivos da C. L. T. na parte relativa à Justiça do Trabalho 583
- Lei n.º 2.275 — de 30 de julho de 1954 — Modifica o parágrafo único do art. 872 da C. L. T. 592
- Decreto n.º 36.025 — de 12 de agosto de 1954 — Regulamenta a Lei n.º 2.196, de 1.º de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos sindicatos de arrumadores, e dá outras providências 593
- Decreto n.º 36.818 — de 25 de janeiro de 1955 — Regulamenta o art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho 594
- Lei n.º 2.510 — de 20 de junho de 1955 — Dispõe sobre a cláusula de assiduidade ou frequência para aumento de salário .. 596
- Lei n.º 2.573 — de 15 de agosto de 1955 — Institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade .. 597
- Decreto n.º 37.987 — de 27 de setembro de 1955 — Estabelece normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo na elaboração das regulamentações locais de trabalho dos vigias portuários 598
- Lei n.º 2.641 — de 9 de novembro de 1955 — Dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências 602

Decreto n.º 27.048 — de 12 de agosto de 1949 — Aprova o regulamento da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado	530
Lei n.º 816 — de 9 de setembro de 1949 — Dá nova redação aos artigos 132 e 134 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943	540
Lei n.º 861 — de 13 de outubro de 1949 — Modifica a redação de artigos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943	541
Lei n.º 1.060 — de 5 de fevereiro de 1950 — Estabelece normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados	543
Lei municipal n.º 3.857 — de 30 de março de 1950 — Feriados municipais em São Paulo	548
Lei n.º 1.266 — de 8 de dezembro de 1950 — Declara feriados nacionais os dias que menciona	548
Lei n.º 1.411 — de 13 de agosto de 1951 — Dispõe sobre a profissão de economista	549
Decreto n.º 30.342 — de 24 de dezembro de 1951 — Altera as tabelas do salário mínimo	555
Lei n.º 1.530 — de 26 de dezembro de 1951 — Altera os arts. 132, 142, 487 e 654 da Consolidação das Leis do Trabalho	557
Lei n.º 1.540 — de 3 de janeiro de 1952 — Dá nova redação ao art. 224 da Consol. das Leis do Trabalho	559
Lei n.º 1.652 — de 22 de julho de 1952 — Considera ferroviários os empregados dos carros restaurantes	560
Decreto n.º 31.359 — de 29 de agosto de 1952 — Aprova o regimento da Comissão do Enquadramento Sindical	561
Lei n.º 1.667 — de 1.º de setembro de 1952 — Revoga a alínea a do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho	565
Decreto n.º 31.546 — de 6 de outubro de 1952 — Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz	566
Lei n.º 1.723 — de 8 de novembro de 1952 — Modifica o art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho	570

- Decreto n.º 31.984** — de 23 de dezembro de 1952 — Dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho 571
- Lei n.º 1.802** — de 5 de janeiro de 1953 — Define os crimes contra o Estado e a ordem política e social 574
- Lei n.º 1.890** — de 13 de junho de 1953 — Aplica dispositivos da Consolidação aos mensalistas e diaristas da União, Estados, Municípios, Territórios e entidades autárquicas 575
- Lei n.º 1.999** — de 1.º de outubro de 1953 — Modifica o art. 457 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho ... 581
- Lei n.º 2.191** — de 5 de março de 1954 — Dispõe sobre o consêrto de carga e descarga nos portos organizados 582
- Lei n.º 2.244** — de 23 de junho de 1954 — Altera dispositivos da C. L. T. na parte relativa à Justiça do Trabalho 583
- Lei n.º 2.275** — de 30 de julho de 1954 — Modifica o parágrafo único do art. 872 da C. L. T. 592
- Decreto n.º 36.025** — de 12 de agosto de 1954 — Regulamenta a Lei n.º 2.196, de 1.º de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos sindicatos de arrumadores, e dá outras providências 593
- Decreto n.º 36.818** — de 25 de janeiro de 1955 — Regulamenta o art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho 594
- Lei n.º 2.510** — de 20 de junho de 1955 — Dispõe sobre a cláusula de assiduidade ou frequência para aumento de salário .. 596
- Lei n.º 2.573** — de 15 de agosto de 1955 — Institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade .. 597
- Decreto n.º 37.987** — de 27 de setembro de 1955 — Estabelece normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo na elaboração das regulamentações locais de trabalho dos vigias portuários 598
- Lei n.º 2.641** — de 9 de novembro de 1955 — Dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências 602

- Lei n.º 3.030** — de 19 de dezembro de 1956 — Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparadas pelo próprio empregador 632
- Decreto n.º 41.081** — de 2 de março de 1957 — Autoriza a filiação da entidade patronal à Organização Internacional dos Empregadores do Comércio 633
- Decreto n.º 41.444** — de 29 de abril de 1957 — Dispõe sobre a homologação dos contratos coletivos de trabalho para aumento salarial, que impliquem na majoração de preços, taxas e tarifas 634
- Lei n.º 3.165** — de 1.º de junho de 1957 — Modifica o art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho 636
- Lei n.º 3.207** — de 18 de julho de 1957 — Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas .. 637
- Lei n.º 3.265** — de 22 de setembro de 1957 — Modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho 639
- Lei n.º 3.270** — de 30 de setembro de 1957 — Fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências 640
- Lei n.º 3.359** — de 22 de dezembro de 1957 — Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros 641

PORTARIAS

- Portaria SCM-51** — de 13 de abril de 1939 — Dispõe sobre indústrias insalubres 645
- Portaria SCM-328** — de 15 de julho de 1940 — Dispõe sobre o salário mínimo dos trabalhadores pagos por tarefa 654
- Portaria SCM-576** — de 6 de janeiro de 1941 — Modelo de horário de trabalho 655

- Portaria SCM-643** — de 6 de julho de 1941 — Expede o modelo de ficha para anotação do horário dos empregados que trabalham fora dos respectivos estabelecimentos 657
- Portaria SCM-354** — de 22 de agosto de 1941 — Recomenda padrão de estatutos de sindicatos 659
- Portaria n.º 70** — de 18 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre a organização das relações de empregados a que se refere o art. 360 da Consolidação das Leis do Trabalho 685
- Portaria n.º 5** — de 21 de janeiro de 1944 — Aprova modelo de quadro de horário de menores e de relação de empregados menores 694
- Portaria n.º 36** — de 26 de julho de 1944 — Expede instruções para fiscalização das leis de proteção ao trabalho pelos fiscais das entidades paraestatais vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio 702
- Portaria n.º 38** — de 2 de agosto de 1944 — Dispõe sobre o registro das associações profissionais 709
- Portaria n.º 39** — de 2 de agosto de 1944 — Dispõe sobre o processo de reconhecimento de associações profissionais como sindicatos e dá outras providências 721
- Portaria n.º 50** — de 12 de setembro de 1944 — Expede modelo de horário de trabalho de menor em via pública 735
- Portaria n.º 14** — de 19 de março de 1945 — Sobre o processo de reconhecimento e sobre a organização da administração das entidades sindicais rurais 736
- Portaria n.º 39** — de 19 de setembro de 1945 — Sobre registro de contrato de químicos 742
- Portaria n.º 43** — de 17 de novembro de 1945 — Permite o trabalho de menores com mais de 16 anos, na indústria de construção civil 744
- Portaria n.º 27** — de 27 de fevereiro de 1946 — Instruções para o processamento dos pedidos de isenção a que se refere o Decreto-lei n.º 7.961, de 18-9-1945, alterado pelo de n.º 8.306, de 6-12-1945 745

Portaria CNT-99 — de 28 de março de 1946 — Sôbre custas na Justiça Trabalhista	749
Portaria n.º 34 — de 15 de abril de 1946 — Cria a Comissão de Conciliação dos Dissídios Trabalhistas	751
Portaria n.º 49 — de 14 de maio de 1946 — Sôbre matrícula de menores no SENAI	753
Portaria CNT-505 — de 10 de agosto de 1946 — Processo de liquidação de sentenças	754
Portaria n.º 230 — de 13 de agosto de 1947 — Sôbre indústrias insalubres	757
Portaria n.º 288 — de 5 de dezembro de 1947 — Autoriza a substituição do quadro de horário por fichas individuais	758
Portaria n.º 3 — de 7 de janeiro de 1952 — Sôbre horário de trabalho em veículos	762
Portaria n.º 887 — de 13 de outubro de 1952 — Do regime dos professôres	770
Portaria n.º 12 — de 3 de março de 1953 — Sôbre higiene e segurança do trabalho	775
Portaria n.º 43 — de 27 de abril de 1953 — Sôbre aprendizagem	778
Portaria n.º 108 — de 3 de setembro de 1953 — Sôbre recolhimento do impôsto sindical	814
Portaria n.º 20 — de 13 de março de 1954 — Sôbre atividades subversivas nos sindicatos e associações sindicais	815
Portaria n.º 31 — de 6 de abril de 1954 — Medidas de proteção contra incêndio	818
Portaria n.º 34 — de 8 de abril de 1954 — Medidas de proteção do trabalho em instalações elétricas	829
Portaria n.º 59 — de 18 de maio de 1954 — Dispõe sôbre grau de insalubridade em operações realizadas em embarcações e estaleiros navais	845
Portaria n.º 129 — de 23 de setembro de 1954 — Sôbre a legalização das entidades sindicais	849

Portaria n.º 169 — de 26 de novembro de 1954 — Regulamento da Comissão Técnica de Orientação Sindical (C. T. O. S.) ...	851
Portaria n.º 43 — de 19 de abril de 1956 — Sobre o horário de trabalho em veículos	857
Portaria n.º 99 — de 2 de outubro de 1956 — Dispõe sobre a cobrança do impôsto sindical	865
Portaria n.º 117 — de 13 de novembro de 1956 — Sobre levantamento de débito do Impôsto Sindical	867
Portaria n.º 127 — de 18 de dezembro de 1956 — Sobre formação metódica do aprendiz	874
Portaria n.º 130 — de 20 de dezembro de 1956 — Sobre periculosidade do trabalho com inflamáveis	877
Portaria n.º 10 — de 17 de janeiro de 1957 — Institui assessoria junto à Procuradoria-Geral	882
Portaria n.º 39 — de 30 de março de 1957 — Sobre homologação de contratos coletivos	883
Portaria n.º 40 — de 30 de março de 1957 — Sobre fiscalização do trabalho	884
Portaria n.º 49 — de 24 de abril de 1957 — Sobre registro dos contratos de trabalhadores de teatro, cinema, rádio, circo, casas de espetáculo e diversões públicas	886
Portaria n.º 129 — de 17 de setembro de 1957 — Sobre arrecadação do impôsto sindical	893
Portaria n.º 146 — de 18 de outubro de 1957 — Eleições sindicais	895
Portaria n.º 154 — de 1.º de novembro de 1957 — Sobre carteira profissional	924
Portaria n.º 28 — de 4 de fevereiro de 1958 — Sobre aprendizagem	925
Portaria n.º 30 — de 7 de fevereiro de 1958 — Sobre cabines de projeção	930
Índice alfabético e remissivo da Consolidação das Leis do Trabalho	935
Índice geral	1013